A percepção do termo <<Desertificação>> na comunicação social em Portugal

Autor(es): Neves, Bruno; Roxo, Maria José

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/31184>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0244-8_86

Accessed : 26-Apr-2023 14:19:15

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

G

TRUNFOS DE UMA
EOGRAFIA ACTIVA

DESENVOLVIMENTO LOCAL,
AMBIENTE,
ORDENAMENTO
E TECNOLOGIA

Norberto Santos
Lúcio Cunha

COORDENAÇÃO

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2011

Bruno Neves, Maria José Roxo
e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

A PERCEPÇÃO DO TERMO «DESERTIFICAÇÃO» NA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

INTRODUÇÃO

A Desertificação é um processo de degradação ambiental que, de acordo com as Nações Unidas, afecta 1/3 da superfície terrestre e que consequentemente se traduz por graves impactos quer nos sistemas ecológicos, quer na vida das populações. Apesar da sua dimensão e do seu impacto, a percepção sobre este fenómeno nem sempre é a correcta, mesmo nos países afectados, como é o caso de Portugal em que, de acordo com a Carta de Susceptibilidades à Desertificação, 36% do território continental nacional está susceptível ao fenómeno e tende a agravar.

São diversos os factores que contribuem para a Desertificação, mas foi um em concreto, a seca na região do Sahel, que despertou a atenção para a percepção do fenómeno na sociedade a nível global, e é de certa forma o exemplo mais referido na abordagem ao problema da Desertificação.

O Sahel, é uma região fortemente sujeita a secas. As mais graves datam de 1911 e 1940. Contudo a que despoletou o interesse de diversos organismos internacionais foi a seca de 1968-1973. As precipitações médias anuais de 1968, e de 1970 a 1973 foram muito inferiores às médias anuais da região, o que resultou na perda de solos agrícolas, de pastagens, gado, vegetação arbustiva e arbórea, e na redução generalizada das reservas de água, em países como a Alto Volta (actual Burkina Faso), Mali, Mauritânia, Nigéria e Senegal. Tal situação deu origem a um período de migrações, quer para Sul, quer para Norte. Foi o início do colapso de economias baseadas na agricultura e criação de gado no Alto Volta, Chade, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal (F. K. Hare *et al.*, 1992). Estima-se que estes períodos de seca causaram entre 100 000 a 250 000 vítimas (K. H. Cook, 2007) e que muitas acabaram por morrer durante as migrações em busca de alimentos e cuidados médicos, movimentos esses que deram origem a diversos campos de refugiados (F. K. Hare *et al.*, 1992).

Tão graves consequências levaram, em 1974, à organização de um programa de assistência internacional aos países afectados pela seca que consistia essencialmente em tentar travar as mortes devido à fome através de contribuições em géneros e em dinheiro, por parte das Nações Unidas e de outras instituições governamentais, que totalizaram aproximadamente 200 milhões de dólares. Em Dezembro desse ano, a Assembleia Geral das

Nações Unidas convocou para 1977 uma conferência sobre Desertificação, definindo à priori objectivos para esse evento. Destacam-se entre esses objectivos, a elaboração de um mapa mundial onde seriam representadas as áreas vulneráveis à desertificação e compilar informação sobre Desertificação com vista a efectuar estudos, bem como um plano de acção de combate ao fenómeno (F. K. Hare *et al.*, 1992).

A conferência anteriormente mencionada teve lugar em Nairobi, de 29 de Agosto a 9 de Setembro de 1977, designada de Conferência das Nações Unidas para a Desertificação onde foi adoptado o Plano de Acção de Combate à Desertificação já referido. Esta reunião internacional foi um marco no processo de divulgação e de chamada de atenção para este grave problema ambiental, social e económico (ONU, 1978).

Mais tarde, em 1991, o Programa Ambiental das Nações Unidas concluiu que a degradação do solo tinha aumentado nas áreas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas. Esta preocupação levou a que este problema fosse visto de forma integrada, incentivando ao Desenvolvimento Sustentável, que seria o tema da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como *Cimeira da Terra*, que teve lugar no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de Junho de 1992. Nesta conferência ficou definido que em Junho de 1994 deveria estar preparada uma Convenção de Combate à Desertificação, com particular incidência sobre África, resolução que veio a ser adoptada em Dezembro de 1992 (UNCCD, 2009).

1. DESERTIFICAÇÃO EM PORTUGAL

Em Portugal o Problema da Desertificação começa a ganhar uma maior amplitude e consciencialização devido à crescente divulgação, resultante, entre outras, de importantes conferências internacionais organizadas pelas Nações Unidas. No entanto, a conferência que maior impacto e mais responsabilidades começou por trazer a Portugal foi a Convenção anteriormente agendada na Cimeira de Terra para 1994, que teve lugar em Paris (UNCCD, 2009). Tratou-se da quinta sessão das Nações Unidas, designada Comité de Negociação Intergovernamental para a Elaboração de uma Convenção Internacional sobre o Combate à Desertificação nos Países Afectados pela Seca e/ou Desertificação Grave, em Particular, em África, que teve lugar entre 6 e 17 de Junho, dia em que foi adoptada (UNCCD, 2004). Nos dias 14 e 15 de Outubro foi assinada (Portugal é país signatário desde dia 14) e a 26 de Dezembro de 1996 entrou em vigor.

Actualmente fazem parte da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) 193 Países (UNCCD, 2009), os quais estão divididos por cinco diferentes anexos regionais: Anexo I – África; Anexo II – Ásia; Anexo III – América Latina e Caraíbas; Anexo IV – Mediterrâneo Norte; Anexo V – Europa Central e de Leste (Nações Unidas, 1994).

Os países signatários da UNCCD passaram a ter obrigações nesta matéria. Uma dessas obrigações incidiu na elaboração de Planos de Acção Nacionais de Combate à Desertificação (PANCD) e na identificação de áreas susceptíveis à desertificação e à seca, bem como a divulgação do fenómeno. Portugal, como país signatário, elaborou um mapa com as áreas susceptíveis à desertificação, parte integrante do PANCD.

Figura 1 – Anexos Regionais referentes a Desertificação

Fonte: United Nations to Combat Desertification (por cortesia da UNESCO)
<http://www.unccd.int/regional/menu.php>

Figura 2 – Carta de Susceptibilidade à Desertificação em Portugal Continental

Fonte: Combate à Desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território, DGOTDU, 2006

2. A PERCEPÇÃO DA DESERTIFICAÇÃO EM PORTUGAL

2.1. Metodologia

764

a) O objectivo deste estudo é entender o que é, e sobre o que se fala de Desertificação em Portugal na Comunicação Social. A metodologia consiste na construção de uma base de dados, baseada na pesquisa, na Internet, de notícias sobre Desertificação para o País, apoiando-se no Motor de Busca *Google News*, para o qual foram definidos os seguintes critérios: (a) pesquisa através da palavra: «Desertificação»; (b) em «Arquivos» escolheu-se a opção «All dates»; (c) optou-se pela escolha de «Timeline», e assim ter acesso por ordem cronológica; (d) a recolha de informação foi feita mês a mês, entre 15 de Janeiro de 2009 e 26 de Julho de 2009, havendo registo de notícias sobre o tema desde 02 de Julho de 2001 e como data final do levantamento da informação, o fim de Junho de 2009, dada a impossibilidade de concluir o levantamento relativo ao ano de 2009;

Para a pesquisa foram criados os seguintes campos de informação: (1) Código de notícia; (2) Data da Pesquisa; (3) Tema da Notícia; (4) Localização Geográfica; (5) Descrição da Notícia; (6) Referência a «autores»; (7) Referência a Instituições/Projectos/e outros; (8) Fonte, subdividido em três subgrupos: Data da Notícia, Fonte da Notícia, *Link* para a Notícia.

b) Foram excluídas as notícias de Desertificação de fontes internacionais e as notícias que abordam o tema mas não para Portugal.

A escolha de um motor de busca de notícias prende-se com o facto de este permitir o acesso a fontes de informação diversificadas. Nos arquivos de um jornal, televisão ou rádio seria sempre mais confinada às fontes de informação mais conhecidas e a nível nacional.

O tratamento e cartografia da informação obtida têm como objectivos a comparação com a Carta de Susceptibilidade à Desertificação. Pretende-se saber até que ponto a informação transmitida na Comunicação Social é coincidente com a realidade do país. Pretende-se igualmente entender o volume de informação transmitido de forma correcta, de acordo com a terminologia, e de que modo tem evoluído.

2.2. Resultados do caso de estudo

Reunida e agregada a informação, verificou-se que das 1315 notícias analisadas pelas diferentes 107 fontes, entre as quais: (1) 911 (69%) notícias em Jornais; (2) 107 (8%) em Rádios; (3) 91 (7%) em Televisões e (4) 206 (16%) em Outras fontes como portais ou websites governamentais: (a) 165 (13%) notícias correspondem a Desertificação; (b) 1072 (81%) correspondem a Despovoamento; (c) 30 (2%) correspondem a Desertificação e Despovoamento como sendo um único conceito e; (d) 48 (4%) correspondem a outros temas que não são nem Desertificação nem Despovoamento.

Na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afectados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África, de 6 e 17 de Junho de 1994, ficaram definidos diversos conceitos entre os quais o conceito de Desertificação, que se entende por «*degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas*», conceito bastante claro e diferente do conceito de Despovoamento.

Figura 3 – Distribuição temporal do número de notícias para o termo “Desertificação” em Portugal, entre 2001 e 2009

Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

Figura 4 – Distribuição espacial do número de registos sobre Desertificação em Portugal, entre 2001 e 2009

Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

2.2.1. Desertificação

A desertificação começa a ganhar relevância na Comunicação Social apenas em 2005, altura em que pela primeira vez é feita referência ao ano de 2006 como sendo o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação. O ano de 2006, por essa razão teve um enorme acréscimo devido ao número, principalmente, de conferências que tiveram lugar nesse ano, não só devido a ser o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação mas também devido ao Dia Mundial de Luta Contra a Desertificação e a Seca (17 de Junho). Este número foi apenas superado em 2007, contudo, em 2008 um decréscimo no número de eventos, teve como consequência a perda de relevância do tema na Comunicação Social devido ao seu carácter ainda muito científico e académico. Na análise espacial sobre Desertificação foi ainda possível verificar que as áreas mais referidas nas notícias coincidem com as áreas susceptíveis à Desertificação representadas na Carta de Susceptibilidade à Desertificação do PANCD – Programa de Acção de Combate à Desertificação.

2.2.2. Despovoamento

O ano de 2005 é igualmente o ano em que as notícias sobre despovoamento ganham relevância devido a ser ano de eleições. Aliás, é o facto de, ao contrário do que acontece com o tema Desertificação, as notícias sobre Despovoamento estarem ligadas ao meio político que lhe confere esta relevância. A desertificação falhou esta ligação, um dos grandes objectivos das Nações Unidas é precisamente o de envolver o Governo, apelando à consciencialização do público em geral sobre o fenómeno.

São temas de notícias de despovoamento as medidas de incentivo à fixação de população quer em áreas de menor densidade populacional, quer nos grandes centros urbanos onde se destacam medidas de reabilitação destes centros. Dado o cariz político deste tema na Comunicação Social, políticos como Cavaco Silva, na condição de Presidente da República, José Sócrates como Primeiro-Ministro, ainda os Secretários Gerais dos principais Partidos Políticos, são bastante referidos nas notícias pelas suas ideologias e críticas.

2.2.3. Despovoamento e Desertificação

Em 2006, com o crescente número de notícias sobre eventos alusivos ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, aumentou a confusão entre os conceitos de Desertificação e Despovoamento. O Primeiro referido como Desertificação Física e o segundo Desertificação Humana. Dada a natureza académica do tema, Eugénio Sequeira, como Presidente da LPN, devido às Jornadas Ambientais da LPN, foi figura de grande destaque.

2.2.4. Outras Referências

A apropriação do termo Desertificação perde por completo o seu sentido original como conceito quando usado como decréscimo do comércio numa determinada área/hora, ou noutros casos em que se usa o termo para, por exemplo: *desertificação capilar*, *desertificação de salas de cinema*, *desertificação ideológica*, *desertificação militar*, *desertificação poética*, *desertificação política*, etc. sem o mínimo rigor científico.

Figura 5 – Distribuição espacial do número de registos sobre Despovoamento em Portugal, entre 2001 e 2009

Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

Figuras 6 e 7 – Distribuição espacial do número de registos sobre Desertificação e Despovoamento em Portugal, entre 2001 e 2009 (Esquerda) e Distribuição espacial do número de registos sobre Outras referências como sendo Desertificação em Portugal, entre 2001 e 2009 (Direita)

Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

Desde 23 de Dezembro de 2003, data em que a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 211, 58ª Sessão, definiu como uma das principais metas dos governos dos países afectados pela Desertificação, precisamente a sua envolvimento, contudo, estas questões parecem não ter grande relevância. Sempre que surge uma notícia a nível político sobre o tema, tem por base as Nações Unidas ou a União Europeia. Decisões políticas nacionais não têm quase destaque. Como não teve destaque, a grande seca de 2005, ano considerado pelo INAG – Instituto Nacional da Água de muito Seco, não havendo portanto qualquer associação entre Seca e Desertificação.

A Desertificação em Portugal, como tema, teve o seu auge com base em datas específicas como o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação ou o Dia Mundial de Luta Contra a Desertificação e a Seca através de eventos científicos que perderam relevância nos últimos dois anos para uma apropriação cada vez maior do conceito como sendo sinónimo de despovoamento, como se tem vindo a verificar. Mais preocupante ainda é a banalização deste mesmo conceito para outras áreas do conhecimento, referido anteriormente, sem qualquer rigor científico, por parte da Comunicação Social, bem como a facilidade que estes termos passam a ser usados pela sociedade em geral.

Projectos da União Europeia como o LUCINDA – Land Care In Desertification Affected Areas, From Science Towards Application, em cujos objectivos passam por fornecer informação sobre Desertificação, com uma linguagem acessível, junto dos decisores, quer a nível regional, quer local, são ferramentas importantes para a compreensão e atenuação do fenómeno.

Actualmente, o fenómeno da Desertificação, a par das Mudanças Climáticas, são dos mais graves problemas à escala global, por isso têm vindo a merecer particular atenção das Nações Unidas e de outras organizações internacionais. Poderá ser esta a oportunidade de grandes decisões a nível político serem levadas a cabo nesta matéria, como se espera recentemente, a nível internacional, da Cimeira de Copenhaga, na Dinamarca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Combate à Desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território 2006, *Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano*.
- Cook, K.H. 2007, *World Climate News: Drought and Desertification in the Sahel*.
- Hare, F.K. et al. 1992, *Desertificação: Causas e Consequências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Intergovernmental Negotiating Committee for the Elaboration of an International Convention to Combat Desertification in those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa 1994, *United Nations Convention to Combat Desertification*, [Online] Available at: <http://www.unccd.int/convention/history/INCDresolution.php>
- Resolution adopted by the General Assembly 2004, *United Nations*, [Online] Available at: http://www.unccd.int/IYDD/documents/A_RES_58_211_en_g.pdf
- Status of preparations for the International Year of Deserts and Desertification 2005, *United Nations*
- The Convention 2009, *United Nations Convention to Combat Desertification*, [Online] Available at: <http://www.unccd.int/convention/menu.php>